

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO

Não deixe de preencher as informações a seguir.

<i>Prédio</i>	<i>Sala</i>

<i>Nome</i>

<i>Nº de Identidade</i>	<i>Órgão Expedidor</i>	<i>UF</i>	<i>Nº de Inscrição</i>

TÉCNICO EDUCACIONAL / DIREITO

ATENÇÃO

- Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Noções Básicas de Legislação Aplicada à Educação e 40 (quarenta) questões de Conhecimentos Específicos.*
- Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- Para registrar as alternativas escolhidas nas questões objetivas de múltipla escolha, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão coincide com o seu Número de Inscrição.*
- As bolhas constantes do Cartão-Resposta devem ser preenchidas, totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal, juntamente com este Caderno e deixe a sala em silêncio.*

BOA SORTE !

TEXTO para as questões de 01 a 10.

DO MICRO AO MACRO

O modelo antigo da escola que formava “doutores” não cola mais. Também não cola mais a idéia de que é da escola a obrigação de educar os filhos. Essa idéia é, aliás, errada. “A escola é mais uma maneira de educar. Família, amigos, televisão e internet também são formas de educação”, diz Mário Sérgio Cortella, filósofo e professor da PUC-SP. Não é por isso, porém, que vale matricular o filho em qualquer lugar. Ao contrário, escolher o colégio que mais se ajusta ao perfil da família é como provar vários pares de sapatos até encontrar o mais confortável – a escola tem que compactuar com os interesses de pais e filhos.

Atualmente, para muitas escolas, o maior valor da educação é ensinar ao aluno a pensar. Quase não existe mais espaço para aquela didática voltada à matéria decorada, à pedagogia da imposição das idéias. A abordagem é reflexiva, induz o estudante a desenvolver pensamentos coerentes e o senso analítico. A boa escola acompanha os problemas mundiais e éticos de maneira mais ampla. “Não há colégio separado do que está acontecendo na sociedade. O que diferencia um do outro é o foco e a eficácia da articulação para discutir um problema”, diz Cristine Conforte, diretora de ensino fundamental do Colégio Santa Cruz, de São Paulo.

Revista Vida Simples. Pé no chão. Julho de 2008.p.44.

01. Sobre o trecho “O modelo antigo da escola que formava “doutores” não cola mais”. é CORRETO afirmar.

- A) O termo “cola”, neste contexto, significa estar em vigência.
- B) Todo modelo de escola que forma “doutores” é considerado obsoleto.
- C) O modelo antigo da escola que capacitava “doutores” atualmente não está mais sendo adotado.
- D) A cola nas escolas tradicionais que formavam “doutores” é algo em desuso.
- E) Na modernidade, ainda se adotam práticas dos padrões utilizados nas escolas tradicionais.

02. No texto, quando o autor declara: “Essa idéia, aliás, é errada” (1º parágrafo), ele faz referência

- A) à escola que ainda permite a cola entre os alunos.
- B) ao fato de que o compromisso de educar os filhos é de competência apenas da escola.
- C) à atualidade, limitando as escolas que formam “doutores”.
- D) ao compromisso assumido pelos pais em relação à educação dos filhos.
- E) à realidade de inserir, apenas, a escola e a TV como meios de educar os alunos.

03. “Família, amigos, televisão e internet também são formas de educação”. Ao utilizar, neste trecho, o termo sublinhado, o autor

- A) excluiu a escola como um meio para educar.
- B) considerou a escola como algo de pouca importância à educação do aluno.
- C) rejeitou a escola como fonte de aprendizagem e educação à vida humana.
- D) inseriu a escola como uma das maneiras de educar.
- E) desvalorizou todo o processo de educação que se desenvolve em uma escola.

04. No primeiro parágrafo, o autor tece uma comparação em relação ao momento de se escolher um colégio que mais se aproxime do perfil familiar. Assinale a alternativa que contém essa COMPARAÇÃO.

- A) “Não é por isso, porém, que vale matricular o filho em qualquer lugar”.
- B) “...a escola tem que compactuar com os interesses de pais e filhos”.
- C) “A escola é mais uma maneira de educar”.
- D) “...a idéia de que é da escola a obrigação de educar os filhos”.
- E) “...é como provar vários pares de sapatos até encontrar o mais confortável”.

05. Após a leitura do segundo parágrafo, conclui-se que

- A) o ensino atual está centrado no aprender a matéria, utilizando a decoreba.
- B) atualmente, o ensino busca uma abordagem reflexiva, embora não aja com coerências em relação ao pensar.
- C) toda escola busca, em sua pedagogia, a imposição das idéias.
- D) uma escola de qualidade acompanha, de perto, os fatos e acontecimentos que ocorrem na sociedade.
- E) as discussões nas escolas modernas se processam de forma padronizada, gerando eficiência e eficácia.

06. Em qual das alternativas, o termo em parênteses NÃO possui o mesmo significado do termo sublinhado ?

- A) "...escolher o colégio que mais se ajusta ao perfil..." (preserva)
- B) "...é como provar vários pares de sapatos até encontrar..." (experimental)
- C) "A abordagem é reflexiva, induz o estudante a desenvolver..." (conduz)
- D) "Não há colégio separado do que está acontecendo..." (desvinculado)
- E) "O que diferencia um do outro é o foco..." (distingue)

07. Sobre CONCORDÂNCIA NOMINAL e VERBAL, analise os itens abaixo.

- I. "Essa idéia, aliás, é errada" – se o termo sublinhado fosse substituído por **comentários**, estaria correto o período: Esses comentários, aliás, são errados.
- II. "...a escola tem que compactuar ..." – pluralizando-se o termo sublinhado, tem-se como correto o período: As escolas têm que compactuar.
- III. "Quase não existe mais espaço para aquela didática..." substituindo-se o primeiro termo sublinhado pelo verbo **haver**, e o segundo termo sublinhado, por **chances**, estaria correto o trecho: Quase não hão mais chances para aquela didática.
- IV. "Não há colégio separado do que está acontecendo..." – se fosse substituído o primeiro termo sublinhado por **existir**, e o segundo termo sublinhado, por **escolas**, estaria correto o período: Não existe escolas separadas do que está acontecendo.

Somente está CORRETO o que se afirma em

- A) II e IV.
- B) II e III.
- C) I.
- D) III.
- E) I, III e IV.

08. Em uma das alternativas, a **tonicidade** dos termos sublinhados recai na **penúltima** sílaba. Assinale-a.

- A) "Família, amigos, televisão e internet também são formas de educação".
- B) "Ao contrário, escolher o colégio que mais se ajusta ao perfil da família".
- C) "Essa idéia, aliás, é errada".
- D) "Não há colégio separado do que está acontecendo na sociedade".
- E) "Quase não existe mais espaço para aquela didática voltada à matéria decorada..."

09. Em qual das alternativas abaixo, o emprego da(s) VÍRGULA(S) justifica-se por separar termos que explicam o seu antecedente?

- A) "Não é por isso, porém, que vale matricular o filho..."
- B) "Essa idéia, aliás, é errada..."
- C) "Família, amigos, televisão e Internet..."
- D) "A abordagem é reflexiva, induz o estudante a desenvolver pensamentos..."
- E) "...Mário Sérgio Cortella, filósofo e professor da PUC-SP."

10. Sobre MORFOLOGIA, assinale V para as afirmativas Verdadeiras e F, para as Falsas.

- () "O modelo antigo da escola que formava..." – o termo sublinhado é palavra invariável que explica o termo antecedente, classificada como pronome relativo.
- () "Também não cola mais a idéia de que é da escola..." – ambos os termos sublinhados são classificados como advérbios.
- () "...provar vários pares de sapatos até encontrar..." – os termos sublinhados se classificam, respectivamente, como adjetivo e substantivo coletivo.
- () "...induz o estudante a desenvolver pensamentos coerentes..."- ambos os termos sublinhados são palavras variáveis que atribuem qualidade ao termo a que se referem.
- () Não há colégio separado do que está acontecendo..."- o primeiro termo sublinhado se classifica como verbo pessoal, daí porque concorda com o seu sujeito "colégio". O segundo termo sublinhado é palavra variável, classificada como pronome que exprime idéia de posse.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA.

- A) V, V, F, F, F.
- B) V, F, V, F, F.
- C) F, F, V, F, V.
- D) V, F, F, V, V.
- E) F, V, F, V, V.

11. O Art. 3º, do Título I, que trata dos Princípios Fundamentais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.08.1988, conhecida como Constituição Federal – CF/88, define os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre os quais consta:

- A) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- B) assegurar a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- C) garantir a expressão intelectual, artística, científica e de comunicação.
- D) exercer o direito de resposta a agravos, além de indenização moral.
- E) manifestar o pensamento, sendo proibido o anonimato e tratamento desumano ou degradante.

12. O Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em seu Art. 5º da CF/88, determina que *todos são iguais perante a lei, sem restrição de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à*

- A) assistência médica e à segurança.
- B) atividade intelectual e à imprensa.
- C) indenização e à propriedade.
- D) comunicação e à educação.
- E) segurança e à propriedade.

13. O §2º, do Art. 210, Seção I, do Cap. III, do Título VIII, da CF/88, que trata da Educação, estabelece que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização

- A) de sua cultura no processo de formação de suas identidades.
- B) de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- C) de sua arte por ser a mais autêntica manifestação cultural do Brasil.
- D) da identidade do grupo e da identidade nacional.
- E) de computadores, para se articularem com outros grupos congêneres.

14. O caput do Art. 39, da Constituição Federal - CF/88 estabelece que *a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas*

- A) regime jurídico único e plano de servidores.
- B) planos de carreira e política de administração.
- C) regime jurídico único e política de administração.
- D) regime jurídico único e planos de carreira.
- E) planos de carreira e remuneração dos servidores.

15. O Art. 196, da Constituição do Estado de Pernambuco, de 05.10.1989, de acordo com a Emenda Constitucional nº 10/1996, determina que *deverão constar das atividades curriculares a serem vivenciadas nas redes oficial e particular, conhecimentos acerca de*

- A) crianças, jovens, adolescentes e adultos.
- B) igualdade entre povos, paz, ecologia e repúdio às injustiças.
- C) educação ambiental, direitos humanos, trânsito, educação sexual, direitos e deveres do consumidor e prevenção ao uso de tóxicos, fumo e bebidas alcoólicas.
- D) diversidade da natureza, artesanato cultural, trabalho, democracia e histórias do nosso povo.
- E) arte-educação, equilíbrio da natureza, saúde, estética e preservação dos patrimônios naturais.

16. O Art. 56 da Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com suas emendas, estabelece que os dirigentes de estabelecimentos de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar, dentre outros, os casos de

- A) contestação de critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias avaliativas.
- B) mudança do sistema de seriação para o sistema de ciclos de estudos.
- C) ausência de espaço para receber de volta os alunos que abandonaram a escola.
- D) ausência de recursos para manter a disciplina na escola.
- E) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

17. O texto do Art. 58, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990, define que no processo educacional, respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes

- A) a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.
- B) os lugares para suas manifestações étnicas.
- C) as quadras esportivas para treinos, com vistas à participação em torneios regionais e nacionais.
- D) o acesso a tabladros e arenas para vivenciar a arte circense tradicional.
- E) o desenvolvimento de talentos para as artes do futuro.

18. De acordo com o §1º. Art. 8º, da Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, caberá à União, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais, o(a)

- A) cumprimento dos planos de trabalhos, de acordo com a proposta pedagógica.
- B) coordenação da política nacional de educação.
- C) gestão de escolas federais com a mesma qualidade das escolas estaduais e municipais.
- D) verificação da aprendizagem em todos os níveis de ensino por meio de avaliações.
- E) adoção de medidas que garantam a promoção automática dos alunos, assegurando elevado padrão de qualidade.

19. O Art. 9º da LDB/96 explicita, dentre outras atribuições, que a União incumbir-se-á de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

- A) estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento.
- B) propostas pedagógicas para estabelecimentos de ensino e para os professores.
- C) dias letivos em calendário nacional, de modo a assegurar as horas-aula previstas nas diretrizes.
- D) competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.
- E) articulação da escola com as famílias e a comunidade.

20. A Lei nº 9.394/96 – LDB, em seu Art. 10, prevê que os Estados, entre outras atribuições, incumbir-se-ão de

- A) ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento.
- B) obedecer às normas de gestão democrática estabelecidas pelos Conselhos Municipais de Educação.
- C) elaborar e executar políticas e planos educacionais em consonância com as diretrizes e os planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios.
- D) informar os pais sobre a frequência e o rendimento dos alunos.
- E) reclassificar os alunos, quando se tratar de transferência no âmbito nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado

- A) por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
- B) pela mesa diretora, em nome do Congresso Nacional.
- C) por associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, seis meses, em defesa dos interesses de seus membros.

- D) por organização sindical legalmente constituída há, pelo menos, oito meses, em defesa dos interesses de seus membros.
E) por associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa dos interesses de seus associados.

22. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores são sediados na Capital Federal, sendo que o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
B) Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
C) A súmula vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
D) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são escolhidos livremente pelo Presidente da República dentre os brasileiros natos com idade entre trinta e cinco e sessenta e cinco anos, notável saber jurídico e reputação ilibada, devendo a escolha ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal.
E) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

23. Considere a situação dos seguintes personagens:

- I.* LUIZ nasceu no Recife, quando seus pais, ambos espanhóis, estavam lecionando na Universidade de Pernambuco, na condição de professores visitantes.
II. BEAN, inglês, reside ininterruptamente em João Pessoa há dezoito anos, sem nunca ter sofrido condenação criminal.
III. CHARLES nasceu na Argentina, filho de pai alemão e mãe brasileira, comissária de bordo de uma empresa aérea chilena. Charles mora há seis meses no Brasil, mas nunca optou pela nacionalidade brasileira.
IV. HIROSHI, que possui nacionalidade originária japonesa, naturalizou-se brasileiro há dez anos.

Desses quatro personagens, qual pode ser membro da carreira diplomática brasileira?

- A) NENHUM. B) LUIZ. C) BEAN. D) CHARLES. E) HIROSHI.

24. Considerando o texto constitucional e a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
B) De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos como condição de admissibilidade de recurso administrativo constitui obstáculo ao exercício do direito constitucional de petição, além de caracterizar ofensa ao princípio do contraditório.
C) É inconstitucional qualquer imposição de limite de idade para a inscrição em concurso público.
D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não havendo indenização em qualquer hipótese ao proprietário, mesmo se houver dano.
E) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização expressa destes.

25. Assinale a alternativa que aponta leis que não sejam de iniciativa privativa do Presidente da República.

- A) Leis que disponham sobre a concessão de benefícios jurídicos de ordem fiscal a empresas.
B) Leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
C) Leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da Administração dos Territórios.
D) Leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
E) Leis que disponham sobre organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

26. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir, EXCETO

- A) a forma republicana de Governo.
- B) a forma federativa de Estado.
- C) o voto direto, secreto, universal e periódico.
- D) a separação dos Poderes.
- E) os direitos e as garantias individuais.

27. No que concerne ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É vedado ao membro do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.
- B) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.
- C) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a titularidade da ação penal e a requisição de diligência investigatórias.
- D) O Ministério Público é instituição permanente, sendo sua incumbência, dentre outras, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- E) O Ministério Público não tem legitimidade para aforar ação civil pública para o fim de impugnar a cobrança e pleitear a restituição de imposto considerado indevido.

28. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, em qualquer período do mandato presidencial, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
- B) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- C) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- D) Será considerado eleito Presidente em primeiro turno o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados somente os votos em branco.
- E) Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados. Se remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

29. NÃO é um direito social previsto no *caput* do artigo 6º da Constituição da República

- A) o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- B) o direito ao trabalho.
- C) o direito à moradia.
- D) o direito ao lazer.
- E) o direito à segurança.

30. Acerca da Seguridade Social, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- B) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulado por lei complementar.
- C) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

- D) É assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- E) Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

31. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Ato complexo é o que resulta da soma ou fusão das vontades expressadas por mais de um órgão ou agente público.
- B) Ato composto é aquele em que a vontade principal é expressa por um único órgão, sendo que, para ela ter eficácia, reclama uma vontade acessória externada por outro órgão.
- C) Os atos administrativos possuem os seguintes atributos: presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade e auto-executoriedade.
- D) A presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.
- E) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

32. No que tange à organização administrativa brasileira, é CORRETO afirmar.

- A) Os órgãos públicos não são pessoas jurídicas, mas, sim, um mero centro de competências, instituído por lei para o desempenho de funções estatais através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertence.
- B) As autarquias possuem as mesmas prerrogativas dos entes estatais, inclusive a autonomia política.
- C) A Administração Indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma desconcentrada.
- D) A expressão administração pública, em seu sentido subjetivo, exprime a idéia de atividade, tarefa, ação, ou seja, a própria função administrativa, caracterizando-se como a meta que o governo quer alcançar.
- E) As sociedades de economia mista não se submetem ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, alienações e compras.

33. Assinale a alternativa que constitui forma de provimento derivado de cargo público, não recepcionado pela atual Constituição Federal.

- A) Reintegração.
- B) Aproveitamento.
- C) Ascensão.
- D) Reversão.
- E) Promoção.

34. De acordo com a Constituição Federal de 1998, assinale a alternativa incorreta sobre a Administração Pública.

- A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- B) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- C) É absolutamente vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- D) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, apenas, diretamente pelo poder público.
- E) A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, no que tange a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função.

35. Com referência à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A teoria francesa *faute du service* é enquadrada como hipótese de responsabilidade objetiva.
- B) A responsabilidade objetiva do Estado se verifica até em relação aos atos do servidor praticados fora de sua função pública.
- C) Apenas a culpa exclusiva da vítima e a força maior são causas excludentes da responsabilidade, na medida em que obstaculizam o nexo causal entre o comportamento estatal e o dano. Por outro lado, quando houver culpa concorrente entre o Estado e a vítima, não haverá exclusão da responsabilidade, mas tão somente a redução do valor da indenização.
- D) A jurisprudência predominante do STF é no sentido de não haver responsabilidade solidária do advogado público na emissão de pareceres jurídicos em matéria de licitações e contratações administrativas, salvo em caso de erro grosseiro ou má-fé do parecerista, cabalmente comprovados no prévio e devido processo legal.
- E) O administrado lesado pode propor ação contra o Estado ou contra o agente público causador do dano ou contra ambos, como responsáveis solidários, apenas nos casos de dolo.

36. Consoante o Código Civil, pondere sobre as afirmações seguintes:

- I.** Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- II.** A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.
- III.** É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

É **CORRETO** afirmar que **NÃO** está(ão) conforme o Código Civil a(s) afirmação(ões)

- A) I e II. B) I, II e III. C) I e III. D) I. E) II.

37. Conforme estipula o Código Civil, é CORRETO afirmar que

- A) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão, porém o prazo de prescrição pode ser alterado por acordo das partes.
- B) as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- C) a eficácia negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- D) são pessoas jurídicas de direito privado as autarquias.
- E) A contribuição de iluminação pública pode ser cobrada por Municípios e pelo Distrito Federal para o específico custeio de serviços divisíveis.

38. Nos termos do Código Civil, considere as afirmações abaixo.

- I.** Considera-se possuidor todo aquele que tem, de fato, o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- II.** Só se considera perdida a posse para quem não presenciou o esbulho, quando, tendo notícia dele, se abstém de retornar a coisa, ou, tentando recuperá-la, é violentamente repellido.
- III.** Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

É **CORRETO** afirmar que está(ão) conforme o Código Civil a(s) afirmação(ões)

- A) I e II, apenas. B) I, II e III. C) I e III, apenas. D) I, apenas. E) III, apenas.

39. No que concerne aos contratos civis, é CORRETO afirmar que

- A) são nulas, nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- B) é defeso às partes estipular contratos atípicos.
- C) os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé e, inclusive, a função social do contrato.
- D) a liberdade de contratar é ilimitada.
- E) são anuláveis, nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

40. Assinale a opção INCORRETA.

- A) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
- B) A responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- C) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- D) São responsáveis pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- E) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

41. De acordo com o Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar.

- A) Os embargos do devedor terão sempre efeito suspensivo.
- B) Os embargos do devedor não terão efeito suspensivo, mas o juiz poderá, independentemente de requerimento do embargante, atribuir tal efeito aos aludidos embargos, quando sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado algum prejuízo, independentemente da efetiva garantia da execução.
- C) Os embargos do devedor não terão efeito suspensivo e nem poderá o juiz atribuir, ainda que haja requerimento do embargante, efeito suspensivo aos aludidos embargos.
- D) Os embargos do devedor não terão efeito suspensivo, mas o juiz poderá, independentemente de requerimento do embargante, atribuir tal efeito aos aludidos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, ainda que a execução não esteja garantida por penhora, depósito ou caução.
- E) O efeito suspensivo poderá ser atribuído pelo juiz aos embargos do devedor e, quando esse efeito suspensivo disser respeito apenas à parte do objeto da execução, essa prosseguirá quanto à parte restante.

42. Consoante o Diploma Processual Civil, é CORRETO afirmar que a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida, quando

- A) fundada em erro de direito, resultante de atos ou de documentos da causa.
- B) violar literal disposição de lei.
- C) fundada em erro de fato e de direito.
- D) proferida por juiz impedido ou relativamente incompetente.
- E) houver fundamento para invalidar confissão, em que se baseou a sentença, mas não para invalidar desistência ou transação.

43. De acordo com a Lei de Execução Fiscal (Lei n.º 6.830/80), é CORRETO afirmar que

- A) responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública, sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.
- B) será admitida reconvenção.
- C) são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- D) será admitida exceção de pré-executividade, suspeição, incompetência e impedimentos, as quais deverão ser argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
- E) o depósito judicial em dinheiro, monetariamente atualizado, será devolvido, independentemente do trânsito em julgado da decisão, ao depositante ou entregue à Fazenda Pública, mediante ordem do juízo competente.

44. Nos termos do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que a petição inicial

- A) será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- B) indicará os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu.
- C) indicará, compulsoriamente, o requerimento para intimar a parte ré e, por outro lado, indicará, facultativamente, o requerimento para a citação do réu.
- D) indicará o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- E) indicará o valor da causa.

45. Consoante o Diploma Processual Civil, há litisconsórcio necessário

- A) quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para algumas das partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de alguns dos litisconsortes no processo.
- B) quando, por convenção das partes, esteja o juiz obrigado a decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- C) quando, por decreto do poder executivo, tiver o juiz de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a validade da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- D) quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- E) quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a existência e a validade da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

46. Em consonância com a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a opção CORRETA.

- A) Sempre que houver reclamação trabalhista de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado.
- B) Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio também se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.
- C) A insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas "in itinere".
- D) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- E) O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 120 (cento e vinte) dias.

47. No que tange o abono de férias, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.
- B) Se o salário for pago por percentagem, comissão, ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos últimos 6 (seis) meses que precederem a concessão das férias.
- C) A indenização pelo não-deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- D) A remuneração das férias do tarefeiro deve ser a base média da produção do período aquisitivo, aplicando-se a tarifa da data da concessão.
- E) O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da CF/1988, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto no respectivo art. 7º, XVII.

48. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecado, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecante, em que a competência será deste último.
- B) Não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.
- C) Inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho a lide entre empregado e empregador, tendo por objeto indenização pelo não-fornecimento das guias do seguro desemprego.
- D) A Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho.
- E) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

49. Em relação à suspensão e à interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- B) Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

- C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo ao salário, por no máximo 15 (quinze) dias, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, participar de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- D) A suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias, mesmo que não consecutivos, importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- E) O empregado que for aposentado por invalidez terá o seu contrato de trabalho interrompido durante o prazo fixado pelas leis da previdência social para a efetivação do benefício.

50. Em relação ao Processo Trabalhista, assinale a assertiva INCORRETA.

- A) São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários da justiça gratuita, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas autarquias e fundações, desde que não explorem atividade econômica.
- B) As audiências serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.
- D) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- E) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

51. As licitações públicas são destinadas a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Neste sentido, as licitações públicas são processadas e julgadas em estrita conformidade com os princípios básicos da

- A) legalidade, da razoabilidade, da impessoalidade, da proporcionalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da moralidade.
- B) igualdade, da moralidade, da probidade administrativa, da publicidade, do julgamento objetivo, da impessoalidade.
- C) legalidade, da moralidade, da eficiência, da economicidade, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório.
- D) impessoalidade, da legalidade, da razoabilidade, da probidade administrativa, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório.
- E) moralidade, da proporcionalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da eficiência, da publicidade.

52. A modalidade de licitação que se caracteriza pela realização entre os interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação,

- A) a tomada de preços.
- B) o pregão eletrônico.
- C) o convite.
- D) a concorrência.
- E) o concurso.

53. Durante o transcorrer do procedimento licitatório, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas,

- A) a autoridade competente deverá revogar a licitação por razões de interesse público, justificando a presença de exigências no edital que vedaram a competitividade mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- B) a licitação será suspensa pelo prazo de 05 (cinco) dias e após a elaboração de um novo Edital, o procedimento será repetido convocando-se apenas para participar do certame os interessados, antes inabilitados ou desclassificados.
- C) a autoridade competente deverá anular a licitação por razões de interesse público, justificando a presença de exigências no edital que vedaram a competitividade mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- D) a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 07 (sete) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, e no caso de convite, a redução deste prazo será obrigatoriamente para 02 (dois) dias úteis.
- E) a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para 03 (três) dias úteis.

54. Os contratos administrativos regidos pela lei 8.666/93 poderão ser alterados unilateralmente pela Administração Pública, com as devidas justificativas, quando

- A) for conveniente a substituição da garantia de execução.
- B) necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço contratado em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- C) necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial do contrato devidamente atualizado nos termos da Lei 8.666/93.
- D) necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto nos limites permitidos pela Lei 8.666/93.
- E) inicialmente nos termos do contrato não houverem sido contemplados os preços unitários tanto para as obras quanto para os serviços.

55. Em tema de competência constitucional do Tribunal de Contas é INCORRETO afirmar que lhe cabe

- A) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta e indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, analisando também a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão.
- D) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- E) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, se verificada ilegalidade.

56. As decisões condenatórias do Tribunal de Contas de que resultem imputação de débito ou multa

- A) tornam necessárias a inscrição do débito ou da multa na dívida ativa da Administração Pública.
- B) não poderão ser diretamente executadas pela Administração Pública, mesmo que se tenha assegurado ao responsável as garantias do devido processo legal.
- C) terão eficácia de título executivo extrajudicial e tornam desnecessárias a sua inscrição na dívida ativa da Administração Pública.
- D) terão eficácia de título executivo judicial e tornam necessárias a sua inscrição na dívida ativa da Administração Pública.
- E) são executadas pelo Ministério Público de Contas que atua junto ao Tribunal de Contas respectivo.

57. Vespasiano exerce o cargo público efetivo de agente penitenciário.

No exercício direto de suas funções e durante o expediente, Vespasiano solicitou para si a percepção de vantagem indevida do presidiário Juvenal, no sentido de fornecer-lhe um aparelho telefônico celular. Todavia, mesmo com o recebimento do valor, Vespasiano não entregou o aparelho celular ao presidiário Juvenal. No caso sob análise, Vespasiano

- A) responderá pelo crime de peculato doloso.
- B) não responderá por nenhum crime, pois não ocorreu a consumação em razão da negativa da entrega do aparelho telefônico celular.
- C) responderá pela tentativa de crime de vedação de aparelho celular em presídios.
- D) responderá pelo crime de prevaricação.
- E) responderá pelo crime de corrupção passiva.

58. Durante o transcorrer de um Processo Administrativo Disciplinar, o Presidente da Comissão de Inquérito verificou que “Quirino”, na qualidade de intérprete, silenciou sobre um fato juridicamente relevante para a solução daquele Processo. Neste caso e em tese, “Quirino”

- A) responderá pelo crime de falso testemunho ou falsa perícia.
- B) não responderá por nenhum crime, pois na qualidade de intérprete será acobertado por uma excludente de culpabilidade em face da autonomia do exercício da profissão.
- C) não responderá por nenhum crime, pois o fato ocorreu no desenvolver de um Processo Administrativo e não Judicial.
- D) responderá pelo crime de condescendência criminosa.
- E) responderá pelo crime de prevaricação, pois deixou de praticar indevidamente ato de ofício.

59. De acordo com o Código de Processo Penal, nos crimes de ação privada,

- A) a autoridade policial poderá proceder a inquérito mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- B) a autoridade policial poderá proceder a inquérito de ofício.
- C) a autoridade policial poderá proceder a inquérito mediante requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- D) a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- E) a autoridade policial poderá não proceder ao inquérito sem a representação do ofendido, que é condição específica de procedibilidade.

60. Nos casos em que se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal

- A) quando iniciada a ação, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante quinze dias seguidos.
- B) quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- C) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, requerer perante o Poder Judiciário a declaração de falência.
- D) quando concedido o perdão a um dos querelados, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que recusar.
- E) quando o querelante deixar de comparecer, desde que justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.